

ATA

N.º 03/2021

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

Realizada em
30 de junho de 2021

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2021:

---Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e um, nesta cidade de Esposende e no Auditório Municipal de Esposende, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, com a fundamentação da situação excecional provocada pela pandemia de Covid-19 e as orientações legislativas e as diretrizes das autoridades de saúde, bem como o princípio da boa administração e os termos da previsão legal constante do artigo 2º da Lei nº 13-B/2021, de 05 de abril, que procede à alteração do artigo 3º da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António José Pereira Morgado e Jaqueline Casado Afonso Areias.-----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

Manuel Albino Penteadado Neiva,
Sandra Nair Teixeira de Sá Bernardino,
Tito Alfredo Evangelista e Sá,
Luciana Brochado Azevedo,
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar,
João Vitor Faria Couto,
Fernando Manuel da Silva Carvalho,
Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Carlos Jorge Vicente Capitão,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, em substituição de Manuel José Cepa Pires Carneiro,
Baltasar Almeida Costa,
José Manuel Cruz Silva,
José Maria Losa Esteves,
Elisabete Ferreira Martins Santos,
Tânia Sofia Lima Mota,
Carla Alexandra Sá Pereira Morais Miquelino,
Manuel José Sampaio Viana,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Tiago Filipe dos Santos Miranda, em substituição de Aurélio Mariz Neiva,
José Joaquim da Venda Dias, em substituição de Carlos Veiga Escrivães e Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 20 horas e 25 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,
Rui Manuel Martins Pereira,
Maria Angélica Barros Tomé da Cruz,
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa e
António Manuel da Cruz Azevedo Abreu.-----

---Verificou-se a ausência do seguinte elemento: Vereador Dr. António Sérgio Moreira Mano.-

---Não compareceram inicialmente os membros Carla Alexandra Sá Pereira Morais Miquelino, Manuel António Lima Torres Ribeiro e Luciana Brochado Azevedo.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2021 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e nove de abril de 2021 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos:-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2021.-----

Não participaram na votação os senhores deputados municipais João Vítor Faria Couto, Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, Manuel José Sampaio Viana, Tiago Filipe dos Santos Miranda e José Joaquim da Venda Dias, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 29 de abril de 2021.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Penteado Neiva, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo apresentado dois votos de pesar subscritos por todos os grupos políticos, com o seguinte teor, respetivamente:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR CARLOS MANUEL ANTUNES BERNARDES.

“Foi com profunda consternação que recebemos a notícia, a 3 de Maio de 2021, da morte Carlos Manuel Antunes Bernardes, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras desde 2015.

Teve uma vida dedicada à causa pública, onde desempenhou diversos cargos autárquicos. Assim, esta Assembleia Municipal, na sua secção de hoje, 30 de Junho, deliberou apresentar um Voto de Pesar pelo seu falecimento, dando conhecimento desta deliberação à Família e ao Município de Torres Vedras.”

2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ADELINO AUGUSTO GRAÇA BARBOSA BARROS (NENO).

“No dia 10 de Junho faleceu subitamente Adelino Augusto Graça Barbosa Barros, conhecido entre nós como Neno, antigo internacional português.

Se o mundo do desporto e os portugueses em geral ficaram tristes com a sua morte, tratando-se de um desportista exemplar, Esposende não pode deixar de se associar a este pesar pelo seu desaparecimento.

Ao longo dos anos o nosso concelho sempre contou com ele em acções de carácter social, em concertos solidários a favor da Loja Social e mesmo apadrinhando a Esposende CUP.

Assim, esta Assembleia Municipal, na sua secção de hoje, 30 de Junho, deliberou apresentar um Voto de Pesar pelo seu falecimento, dando conhecimento desta deliberação à sua Família.”

De seguida o Sr. Deputado Municipal, Penteado Neiva, fez a seguinte intervenção política:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Estamos no término de mais um mandato e seria esta a hora de fazermos um balanço geral do muito que foi feito no nosso concelho e da acção desta Assembleia Municipal. É claro que não o vamos fazer pois basta para isso reler as nossas intervenções políticas nesta Assembleia onde pontualmente fomos falando do que se estava a fazer no âmbito do Desenvolvimento Económico, da Cultura, do Desporto, da Educação, da Acção Social, das infraestruturas, Património, etc, etc.

Queremos continuar nessa toada e, por isso, vamos falar daquilo que continua a marcar o nosso concelho que é o Desenvolvimento Sustentável e Equilibrado. Aliás essa boa gestão reflecte-se no Relatório de Contas do ano passado, presente a esta Assembleia Municipal,

onde vemos uma excelente execução do Plano Plurianual de Investimento em todas as áreas de acção e aqui só posso aplaudir o executivo e corroborar as palavras do Sr. Presidente quando afirma que foram tomadas medidas assertivas, mantendo uma grande serenidade na gestão e estabilidade política deste município.

*Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

Hoje a Vila de Forjães comemora os 32 anos de elevação a Vila. Felicito todos os forjanenses, na pessoa do seu Presidente Prof. Manuel Ribeiro e dizer que me coube a subida honra de preparar um caderno de fundamentação histórica para entregar a um Deputado do Partido Social Democrata que apresentou a proposta na Assembleia da República.

E porque falamos de Forjães queremos felicitar o Forjães Sport Clube que se sagrou campeão da Divisão Pro Nacional da Associação de Futebol de Braga chegando assim ao Campeonato Nacional de Seniores – Terceira Liga, tal como já havia acontecido nas épocas 74/75 e 77/78. Parabéns, por isso, aos atletas, técnicos, directores, funcionários, sócios, apoiantes e simpatizantes do clube.

Por falar de desporto, obrigatoriamente, temos que felicitar o nosso atleta olímpico João Ribeiro por se ter consagrado vice-campeão da Europa de K1 500, um bom augúrio para os próximos Jogos Olímpicos. Ainda, a propósito, referir um mail que recebemos da Rio Neiva Associação de Defesa do Ambiente, o qual aludia a uma questão já trazida a esta Assembleia em Junho de 2019, sobre a possível edificação ou ampliação do clube náutico de Antas. Este problema arrasta-se, a meu ver, por se localizar numa zona de cheia, muito sensível em termos ambientais e, por isso, de difícil concordância por parte das entidades que tutelam aquela área. Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se houve desenvolvimentos e também gostaria de saber se a Associação procurou junto dessas entidades um parecer favorável para que esse processo pudesse seguir os trâmites legais.

Mas, felizmente no nosso Município há mais, muito mais, que Desporto.

Na área do Ambiente não podemos deixar de nos regozijar com a atribuição das Bandeiras Azuis às praias de Suave-Mar, Cepães, Ofir e Apúlia, assim como a classificação de Qualidade Ouro a estas mesmas e, ainda, às praias de Rio de Moinhos e Ramalha. A sua qualidade acaba de ser reconhecida por um importante jornal galego La Voz de Galicia, que as destaca e recomenda. Tudo isto traz riqueza e desenvolvimento para o concelho, tal como acontece com a recente inauguração de mais uma moderna fábrica, com investimento superior a 4 milhões de euros, na Zona Industrial Vila Chã-Curvos, falamos da HATA e felicitamos os empreendedores Vilachanenses Eng. Mário Jorge Silva e filhos Pedro e Ricardo Silva por apostarem no nosso concelho.

Com a presença do Sr. Ministro do Mar foi inaugurada a requalificação da Doca de Pesca de Esposende, tão aspirada pela comunidade piscatória, permitindo-lhes, assim, melhores condições de trabalho e de segurança. O mesmo irá acontecer com as obras, já adjudicadas, da modernização do Portinho de Pesca de Apúlia, cujas obras só arrancarão, por pedido dos pescadores, em Setembro.

Felicitamos o Executivo por ter concluído uma obra de extrema importância que foi a requalificação da Avenida de S. Martinho, em Gandra, uma via não só importante para

Gandra, mas para todo o concelho já que é um acesso directo a um dos lugares mais paradisíacos – a Barca do Lago. Um grande investimento totalmente custeado pelo município. Como sempre, o fomento cultural tem sido uma das prioridades neste concelho. Pessoalmente fiquei extremamente feliz pela conclusão do processo de aquisição da Casa do escritor Manuel de Boaventura – futura Casa Museu Manuel de Boaventura, e pela atribuição do Prémio Manuel de Boaventura a Mia Couto; o lançamento de um excelente Roteiro sobre o Património Religioso e Civil do nosso concelho; a abertura de duas exposições no Museu Municipal, uma de pintura de Celeste Ferreira, com o respectivo catálogo, e outra sobre o Património concelhio. Sr. Presidente da Câmara foi, também, bom ver que o cinema regressou a Esposende.

Por fim, não podia deixar de focar a questão da pandemia, mormente da evolução da vacinação. Foi com surpresa e satisfação que ficamos a saber que nas nossas Unidades de Saúde 13735 pessoas já foram inoculadas com a 1.ª dose (38,71% da população) e 6473 já com a 2.ª dose, ou seja 17,88%, dados referentes a 28 de Junho de 2021. Sem dúvida um grande esforço dos técnicos de saúde e, naturalmente, da autarquia que assegura, praticamente, toda a logística.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Não é certo que esta seja a última sessão deste mandato da Assembleia Municipal, mas tudo leva a crer que sim. Aproveito, como líder da bancada do Grupo Político do PSD, para agradecer à Mesa da Assembleia, na pessoa do Sr. Presidente, Dr. Agostinho Silva, a todos as senhoras e senhores Deputados, nas pessoas dos seus líderes Dra. Sandra Bernardino, Dr. Tito Evangelista, Dra. Tânia Mota e Dr. Manuel Carvoeiro, assim como a todos os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e, naturalmente, a todos os funcionários destacados para secretariar este Órgão, um reconhecido agradecimento por terem dignificado esta Assembleia Municipal usando para isso um combate político dignificante e próprio de uma verdadeira democracia.

Tenho Dito.” _____

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Manuel Carvoeiro, do PCP, começando por apresentar a recomendação que se transcreve:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhores (as) Deputados (as)

Senhores (as) Vereadores (as)

Senhoras trabalhadoras de apoio a esta Assembleia

Meus Senhores e minhas Senhoras

O tempo não pára e, a breve trecho, teremos o fim deste mandato autárquico.

E, de tudo aquilo que poderia e deveria ter sido feito por esta maioria PSD, chegados a esta data em que vos falo, resta uma mão cheia de quase nada.

Sim, este PSD que governa o nosso concelho há 32 anos, - tanto tempo! - é o verdadeiro campeão das promessas por cumprir. É sempre assim em cada mandato que passa.

Qual especialista na arte de fazer que anda, mas não anda, que faz, mas não faz, o poder reinante age sempre numa lógica de aritmética eleitoralista, onde a caça ao voto é quem mais ordena.

E é sempre assim!

Em cada fim-de-semana que passa, nestes dias do ocaso do mandato, o Senhor Presidente da Câmara não tem mãos a medir: tudo é pretexto para aparecer, quase sempre para anunciar que vai fazer aquilo que sabe não ter pernas para andar", lançando neste entremez, uma ou outra primeira pedra ou inaugurando, aqui e ali, obras que há muito deveriam estar findas, mas que, por esta ou aquela bagatela, são concluídas quando, atento o cálculo eleitoralista, dá mais jeito.

E porque o tempo desta fala é escasso, referimos, à laia de exemplo, as obras na Escola Secundária Henrique Medina, que há tanto tempo se iniciaram e ainda não foram concluídas. Sê-lo-ão, certamente, nos tempos que se aproximam e inauguradas num dos dias dos meses que nos separam das próximas eleições.

Lembramos, ainda, neste excursão, o Povo de Fão que há muito vem reclamando a iluminação pública no passadiço entre o chamado Caminho do Martinho e a Ponte Nova, nas Pedreiras. Passaram os primeiros três anos deste mandato e nada. Agora, na proximidade das eleições, aí está o início da colocação das luminárias reclamadas pelo POVO.

É mister referir ainda o repetido plano de investimentos nas freguesias que mais não é do que uma verdadeira operação caça ao voto. Trata-se de uma ação toda ela envolta por um invólucro de propaganda, tudo concebido, também, numa lógica estritamente eleitoralista.

Também neste rumo de abordagem, não podemos deixar de questionar, até com indignação, as simpatias do Executivo Municipal para com determinadas instituições, quando ao mesmo tempo, vemos este mesmo Executivo a não resolver problemas com que se confrontam outras instituições, concretamente a Associação Rio Neiva.

Porque se facilita a caminhada a uns e a outros se colocam pedras no caminho?

Todos sabemos qual é a resposta!

Entretanto, temos esta outra realidade:

Temos um concelho litoral marcado por gravíssimos problemas de mobilidade, quer na ligação com as cidades limítrofes, quer internamente, na ligação inter freguesias.

Temos um concelho com problemas gravíssimos no que concerne ao apoio a jovens e jovens adultos dependentes de terceiros.

Por cá é dolorosa a situação de tantos e tantos idosos, onde abunda, tantas vezes, o isolamento, a solidão, a minguagem do essencial, até o abandono.

São tantos os problemas sociais, apesar da propaganda institucional feita pelo Executivo PSD. Este é o concelho onde se constroem unidades industriais, com o beneplácito da Câmara Municipal, em zonas inadequadas, concretamente em contextos habitacionais.

E tanto havia para dizer sobre o atraso que nos tolhe em cada ano que passa.

É claro que não é tudo mau, até porque temos uma espécie de vereação, o tal privilégio da natureza, que tudo faz por nós sem estar condicionado a estratégias e lógicas eleitoralistas.

Ai se não fosse o privilégio da natureza, este dom com que Esposende foi contemplado."-----

De seguida o Sr. Deputado Municipal, Manuel Carvoeiro, apresentou uma Recomendação, nos seguintes termos:

RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA QUE, COM A MÁXIMA URGÊNCIA, DESENVOLVA TODOS OS ESFORÇOS TENDENTES AO RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL DO PROJETO/EMPREENHIMENTO DA ASSOCIAÇÃO RIO NEIVA, E TODOS OS DEMAIS PROBLEMAS PENDENTES, DE FORMA A EVITAR O ESTRANGULAMENTO DA SUA ATIVIDADE.

1. *A Rio Neiva - Associação Defesa Ambiente, com 31 anos de existência, desenvolve um trabalho, cujo impacto é devidamente reconhecido pela população local, incluindo comunidade escolar, envolvendo ativamente cerca de 5% da população total do município.*
2. *O trabalho desta associação é ainda reconhecido nacional e internacionalmente, incluindo através do seu Estatuto de Utilidade Pública.*
3. *Ontem, 29/06/2021 a Senhora Presidente desta Associação dirigiu-se, por e-mail aos líderes dos Grupos Políticos com assento nesta Assembleia Municipal, informando, no que mais releva, o seguinte:
A 24 de junho de 2019 a Rio Neiva - Associação de Defesa do Ambiente, com sede na freguesia de Antas, fez-vos um convite para visitarem e conhecerem esta associação e a sua atuação junto da comunidade escolar e local onde se insere. Foi-vos também exposta uma situação pendente com o Município de Esposende há muito requerida e que ainda requer e espera uma conclusão e solução.
Com a vossa intervenção este assunto foi proposto e apresentado em Assembleia Municipal a 27.06.2019 (anexamos a ata que traduz o sucedido).
Consequentemente, seis meses depois, recebemos a visita do Sr. Presidente da Câmara de Esposende em dezembro de 2019, onde nos foi dada a garantia que, em conjunto, encontrar-se-ia uma resolução e ser ia também promovida uma reunião com as várias entidades relevantes, de modo a melhor articular o pedido de pareceres necessários.
Desde aí, efetuamos vários contactos a solicitar o seguimento dessa reunião de modo a resolver este (e outros) problemas, que não foram até hoje resolvidos.
Tivemos sim, desde então, uma reunião com a vice-presidente Alexandra Roeger e o vereador Rui Losa, que gerou apenas a sugestão de que a Associação efetuasse autonomamente a solicitação dos pareceres necessários. Posteriormente, percebemos, novamente, que estes exigem desde logo o parecer do município, para que possam ser considerados e avaliados, nomeadamente, a declaração de interesse municipal.*
4. *Pretendendo que, passados estes dois anos, solicitemos ao executivo camarário, a resolução do comprometido na Assembleia de junho de 2019 de encontrar soluções e concluir este caso.*
5. *Assim, considerando a justa e legítima solicitação da Associação Rio Neiva, e tal como já o havíamos feito há dois anos, designadamente na sessão ordinária desta Assembleia Municipal realizada em 27 de junho de 2019;*
6. *Considerando a grande importância desta Associação no contexto do movimento associativo e a relevância das suas atividades para a comunidade que serve;*
7. *Considerando que o problema colocado há dois anos, concretamente a não certificação desta Associação como instituição de interesse municipal, situação que se mantém e que cria constrangimentos ao seu funcionamento,*

8. *A Assembleia Municipal de Esposende, reunida no dia 30 de junho de 2021, recomenda à Câmara Municipal que, com a máxima urgência, desenvolva todos os esforços tendentes à certificação da Associação Rio Neiva como instituição de interesse municipal, e todos os demais problemas pendentes, de forma a evitar o estrangulamento da sua atividade.* -----

Interveio depois a Sr.ª Deputada Municipal, Tânia Mota, do CDS-PP, fazendo a intervenção política que se transcreve:

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhoras e Senhores Vereadores,
todos os demais presentes,*

Tentarei aqui ser breve mais uma vez, mas não poderei deixar de fazer aqui, algumas reflexões e algumas questões.

A lealdade é um dos valores que muito prezamos e respeitamos, especialmente para com os cidadãos que nos confiam o seu voto.

Vem isto a propósito do mandato que foi conferido ao senhor Presidente e ao executivo eleito e nunca é demais lembrar, que essa lealdade e esse mandato tem de ser, para com todos. Para com todos os cidadãos, para com todas as instituições, para com todas as associações, para com todas as empresas, entre outros, e isso, independente do cartão ou da preferência partidária.

Lealdade para cumprir promessas, gravidade em resolver questões e dificuldades dos esposendenses e brevidade na execução dos projetos há muito anunciados, ou há muito iniciados.

Lamentamos o facto de muitos munícipes se dirigirem para desabafar, no que diz respeito ao tempo para a resolução das questões, pedidos apresentados à Câmara, pedidos de reuniões com o senhor Presidente e com os senhores e com as senhoras vereadoras.

Falam-nos em mais de seis meses e temos de aqui dizer, que, não se considera admissível uma tal demora, além do mais, com ou sem pandemia, até porque, a pandemia não pode ser justificação para tudo.

Ao executivo cabe estar próximo dos seus cidadãos e das instituições, resolver os seus problemas e apenas termos verdadeira proximidade, quando se ouve e se decide em tempo útil.

Não deixamos também de ouvir que, casos há, em que é muito mais rápida a resolução. E estas queixas, não são de hoje, elas foram sendo ouvidas ao longo do mandato.

Isto dito, faremos algumas questões e reflexões.

Recebemos estes dias mais um apelo da Rio Neiva, associação de defesa do ambiente que aguarda, desde há muito, por respostas. Recorde-se que esta Associação tem protocolos com o município no desenvolvimento de vários projetos. Recorde-se também que esta Associação tem desenvolvido esforços e feito apelos para que a situação possa ser ultrapassada, tendo este assunto já sido aqui questionado e discutido nesta Assembleia, no entanto a realidade é a que conhecemos e mantém-se. Não se considera que este assunto deveria estar já ultrapassado? O que se propõe fazer?

Senhor Presidente, sabemos que não é o responsável direto pela Esposende Ambiente, mas o

que é certo é que o capital social é detido na totalidade pelo município, para além de que, nos órgãos sociais têm assento vereadores do executivo. No fundo, as cadeiras vão-se substituindo. Ora, assim sendo pergunto como é possível que numa freguesia do concelho, numa determinada rua onde se instala um ramal de água, com três novos fogos, que até distam menos de 100 metros, com pedido de ligação à rede pública, se paguem valores tão dispare: num dos casos duzentos euros, noutras cerca de novecentos e cinquenta. Considera normal, é este o procedimento habitual?

Pergunto ainda: foram gastos cerca de um milhão e quinhentos mil euros durante a atual pandemia, e qual o montante que foi afeto às famílias e às empresas?

Para terminar e tentando ser muito breve, lamento que estando a terminar mais um mandato, esta assembleia continue a funcionar como se vivêssemos noutro tempo, as sessões da assembleia não são descentralizadas, não tivemos uma, repito, uma, que o fosse e esta questão foi por várias vezes levantava, até em sede de Comissão Permanente.

É assim que se trata o território e os cidadãos do concelho?

As sessões da Assembleia continuam sem ser gravadas e transmitidas em direto, ou diferido, o que tem por consequência que não possam ser acedidas pela generalidade dos nossos concidadãos. Convivemos bem com essa realidade e com essa falta de proximidade?

O público continua apenas a poder intervir no final das assembleias e, como sabemos, a sua esmagadora maioria prolongaram-se para de madrugada.

Não se convive bem com os órgãos de comunicação social. Ora, estas são questões e são alterações que urgem, e urgem para ontem, e que, garantiriam uma maior transparência, um maior conhecimento do que se passa no concelho, maior proximidade para com os nossos cidadãos. No fundo, aquilo que aconteceria era que garantiríamos uma prestação de contas muito mais eficaz a quem nos confiou o seu voto.

Faço mais uma vez esta reflexão, na esperança de que seja esse o caminho de futuro, porque quem ganhará, serão os esposendenses, a democracia e a transparência. Só assim se permitirá a fiscalização da ação política, por parte dos nossos concidadãos, porque temos receio. Disse."

De seguida interveio o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista do Grupo Político do PS, fazendo a intervenção política que se transcreve:

*"Exmo Senhor Presidente
Exmos Senhores Deputados,
Exmos Senhores e Senhoras*

Esta é a última Assembleia Municipal deste mandato na amplitude das suas competências. Assim, importa fazer um balanço do mandato.

Quanto ao funcionamento da Assembleia regista-se o atraso de Esposende que não permite a transmissão das sessões via internet, o que retira ao público em geral, e aos esposendenses em particular, a possibilidade de acompanhar o que aqui se passa.

O PS sempre defendeu que ser transparente e democrático implica permitir que o povo assista, sem restrições, ao que se passa nestas Assembleias.

Para a maioria do PSD que dirige o município, e para o presidente da câmara, o que a oposição defende nada interessa, e a tudo o que o PS propôs ao longo do mandato o presidente fez-se de "cego, surdo e mudo".

Desse modo, na Assembleia de 18/12/2017 propusemos que fossem concretizadas as grandes obras previstas no PDM de 1993, e que ao fim de 28 anos ainda se encontram por concluir, a saber: Via de ligação da A28 a Forjães; Zona Industrial de Vila-Chã; Suspensão de todos os licenciamentos comerciais, e de serviços na Zona Industrial de Esposende, para travar a especulação imobiliária, e a desvirtuação da sua criação, reservando-a apenas para indústria e comércio por grosso; Zona Desportiva de Esposende; Zona Industrial de Fão/Fonte-Boa; Conclusão da Variante Sul de Apúlia; Variante Sul de Fão; Parque da Cidade de Esposende; Planos Urbanísticos. Como ainda propusemos a recuperação do Centro Urbanístico de Fão; homenagear a Escritora Agustina Bessa Luís, que residiu e escreveu vários anos em Esposende, enquanto fosse viva; o alargamento do horário de funcionamento da Biblioteca até à noite, o alargamento das instalações e do fundo da mesma; iniciativas referentes à obra do Mestre Henrique Medina, que viveu e pintou as paisagens e gentes de Esposende; arranjo da Barra do Cávado, com uma solução inspirada na obra efectuada na Barra do Douro, assunto a que voltamos reiteradamente nesta Assembleia, com o desassoreamento desde a Barra até à ponte sobre a A28, construção de uma marina em Fão, e navegação do Cávado até Braga. Na Assembleia de 30/4/2018 propusemos: construção de Parque de Estacionamento e apoio na Praia de S. Bartolomeu do Mar. Como ainda propusemos a aquisição de terrenos, valorização e arranjo das margens do Rio Neiva em Forjães e Antas. Na Assembleia de 30/11/2018 propusemos: recuperação dos edifícios onde funcionam os restaurantes em Cedovém, com ligação imediata dos mesmos à rede de saneamento; recuperação das casas de primeira habitação de Cedovém, cujos moradores residam nas mesmas e tenham o respectivo domicílio fiscal nas mesmas, pelo menos desde 2017; demolição das restantes construções de habitação de segunda habitação; corte nos esporões de grandes dimensões que provocam acentuada erosão nas zonas imediatamente a sul; municipalização do Estádio de Fão, adquirindo a propriedade pelo valor da dívida ao empreiteiro a pagar em prestações negociadas, para se evitar a perda de equipamento desportivo concelhio para terceiros estranhos ao concelho. Na Assembleia de 25/2/2019 propusemos: construção de habitação social em todas as freguesias do concelho; propusemos em março de 2020 a isenção do pagamento dos consumos de água durante o estado de emergência devido à pandemia. Em 11 de janeiro de 2021 propusemos que a CM constituísse de imediato (atendendo a situação que o concelho atravessava a nível de pandemia) uma equipa que organizasse e prestasse apoio a quem dele necessitasse, a nível alimentar, de higiene, farmacêutico, psicológico e outros que se revelassem necessários, e desse toda a assistência possível à população afetada pelo Covid 19; a criação de um número telefónico de emergência divulgando amplamente por todos os meios, de modo a que, quem necessitasse de ajuda, dele se pudesse socorrer; reiterámos a proposta de não cobrança dos consumos de água durante o período de Estado de Emergência; propusemos uma reforma dos impostos municipais, de modo a possibilitar a diminuição do IRS, sem diminuir a receita global fiscal do município. Que nos lembremos, a única proposta nossa que foi concretizada pela Câmara foi a criação de uma linha telefónica de emergência relacionada com o Covid, e mesmo assim várias semanas após a nossa proposta para que não se dissesse que era a concretização de uma proposta do PS. Este presidente de câmara tem um problema de egocentrismo, por isso todas as equipas que constitui fracassam, como se viu no anterior mandato em que correu com todos os vereadores que tinha, e prepara-se para correr com os vereadores que tem na próxima lista autárquica. A especialidade do presidente da câmara é a vitimização, é um discurso gasto e estafado que

só comove os "convertidos".

Ao longo do mandato sempre fomos coerentes, e prova disso é aquilo que aqui referi em 27 de junho de 2019, em intervenção de improviso, a meio do mandato e que vou repetir, porque dito hoje, não seria mais actual:

O IMI, o Imposto de Circulação, o IMT, as Taxas e Impostos Municipais são pagos, os próprios 5% do IRS que pagamos, que a Câmara não prescindiu, vão para a Câmara de Esposende, é dinheiro mal administrado e mal gerido por esta maioria, que como sabem, na minha opinião, é incompetente.

Gostava de falar em questões concretas: acesso de deficientes às praias, os deficientes têm dificuldades de acesso às praias; degradação dos passadiços existentes. Há passadiços que estão desfeitos, mesmo na Avenida Marginal aqui em Esposende, mas não só, há passadiços que estão maltratados, que são perigosos e podem provocar acidentes a quem lá passa. A Associação Rio Neiva está há dois anos à espera que o senhor presidente da câmara resolva um problema que devia ser o próprio presidente a ter a iniciativa de o resolver. O presidente da câmara passa tanto tempo em eventos sociais, que são constantemente transmitidos pelos órgãos de comunicação social e pela própria propaganda municipal, que nos está constantemente a encharcar a caixa de correio electrónico, e a caixa de correio de casa com fotografias do senhor presidente da câmara. Por isso, o senhor presidente não tem tempo para receber as pessoas, não tem tempo para resolver problemas, e os problemas arrastam-se por falta de vontade do presidente da câmara para os resolver.

O senhor presidente da câmara que devia ser o principal motor de desenvolvimento deste concelho, está a transformar-se numa força de bloqueio impeditiva do desenvolvimento, em vez de resolver é um empecilho, é uma força de bloqueio, é uma força de retração ao desenvolvimento.

Como o senhor presidente certamente se recordará, em dezembro de 2017 propus, entre outras coisas, o alargamento do horário de funcionamento da Biblioteca, a necessidade de alargamento do edifício e da renovação do fundo; propus que a câmara tivesse uma atitude ativa em termos culturais e fizesse uma homenagem à escritora Agustina Bessa-Luís, enquanto ela era viva. A câmara ignorou, porque a Câmara de Esposende ignora tudo o que venha da oposição, ignora por preconceito ideológico.

Os membros da oposição são tão munícipes como os membros da maioria e pagam tantos, ou mais, impostos que os membros da maioria, e, portanto, todos os contributos devem ser utilizados para o desenvolvimento do concelho. Não se devem ver as coisas só com uns "óculos laranja", os "óculos têm de ser de todas as cores", e têm de admitir os contributos de Todos."

Como se constata daquilo que aqui havia dito há dois anos nesta Assembleia Municipal, nada mudou, porque este presidente é incapaz de mudar, e esta maioria também o é.

Hoje, em termos comparativos com os concelhos vizinhos, Esposende está pior do que estava há vinte e cinco anos.

Só com a votação do povo nas próximas eleições autárquicas na alternativa constituída pelo Partido Socialista, poderá fazer Esposende recuperar do atraso para que esta maioria e este presidente o está a empurrar."

Por último, interveio a Sr.^a Deputada Municipal, Sandra Bernardino, do Grupo Político JPNT, fazendo a intervenção política que se transcreve:

“Os meus cumprimentos a todos os presentes

O Movimento de Cidadãos “Juntos pela Nossa Terra” já deu nota publicamente sobre os seus propósitos futuros, sem descurar as suas obrigações e compromissos para o atual mandato. Contrariamente ao que tem sido repetidamente dito pelo senhor presidente de Câmara, a nossa atuação pautou-se pela responsabilidade e compromisso com os eleitores que nos confiaram o seu voto. Fomos e seremos até ao último dia deste mandato, uma oposição consciente e responsável, fiscalizando a ação do Executivo, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal.

Apesar de não ser esse o nosso papel, não quisemos deixar de dar o nosso contributo, trazendo para a discussão assuntos e temas que consideramos prioritários para o desenvolvimento do nosso concelho.

Deixamos nos manifestos eleitorais para as freguesias um conjunto de iniciativas e ações que, a serem implementadas, muito contribuiriam para um concelho mais desenvolvido e onde o progresso seria uma realidade.

Fizemo-lo ainda nos dois órgãos em que estamos representados.

Obviamente que o executivo não as considerou importantes e, como tal, não as concretizou.

Deixamos um breve resumo das medidas e ações propostas, para que não seja dito, de forma leviana, que o nosso movimento apenas faz uma oposição destrutiva, com queixas e queixinhas, o que é completamente falso.

Neste órgão, desde logo, defendemos a divulgação e transmissão pública das assembleias para que todo os munícipes tivessem acesso ao que aqui se passa. Apresentamos propostas de recomendação para a devolução de 50% do IRS aos esposendenses todos os anos do mandato; recomendamos a reivindicação do metro de superfície até aos limites do concelho junto das entidades competentes; pedimos a revisão das zonas de caça na defesa dos interesses da população e associações do setor; exigimos a abertura dos centros de saúde no período de pandemia, a adaptação do PDM à lei dos solos, a revisão dos planos das zonas industriais, entre muitas outras iniciativas de alerta e sensibilização para problemas que afetaram e ainda hoje afetam as nossas comunidades.

Na Câmara Municipal, são públicas e foram divulgadas as dezenas de intervenções feitas pelo nosso vereador no Executivo, alertando para problemas vários, desde as obras paradas e que se eternizaram no tempo; a falta de capacidade de investimento; a falta de ação no período de pandemia; a contratação de pessoal para cumprimento de compromissos políticos; a necessidade de intervenções nas freguesias; a inação relativamente a equipamentos adquiridos; os negócios pouco claros de permutas de terrenos e pavilhões; entre muitas outras reivindicações. Fomos ainda, muitas vezes, a voz de quem queria dialogar com o senhor presidente e não viu as audiências serem marcadas, os telefonemas atendidos ou os problemas resolvidos. A este propósito veja-se, por exemplo, o caso da Associação Rio Neiva. Já passaram 2 anos desde a data em que este assunto foi tratado nesta Assembleia e até agora, nada. É lamentável a falta de respeito na resolução do problema.

Por muito que se tente dizer o contrário e passar uma imagem falsa da oposição, pelo menos da nossa oposição, a verdade é que muitas vezes nos tentaram silenciar pois fomos demasiado incómodos a vários níveis. E isso, só por si, revela a nossa atenção para aos problemas e a capacidade de estar ao lado das comunidades. Tivéssemos nós disponíveis os largos milhares de euros do orçamento municipal gasto nos boletins de propaganda municipal, nos anúncios de jornais e nas entrevistas pagas e o nosso papel sairia reforçado.

Assim, ficamos apenas com a consciência tranquila de que fizemos aquilo que foi possível e honramos cada voto colocado nas urnas das autárquicas de 2017 dos que acreditaram no nosso projeto político.

Hoje, passados quase 4 anos, e vendo o que foi e não feito neste mandato, temos a plena certeza que se perderam 4 anos de progresso e desenvolvimento e estamos hoje bem piores do que em 2017.

A quem vai a eleições nas autárquicas de 2021, pedimos que façam os possíveis para tornar o concelho de Esposende mais democrático, mais justo e mais fraterno, onde as oportunidades sejam iguais para todos e que o nosso concelho volte a conhecer o progresso e o desenvolvimento, para bem de todos nós."

Terminadas todas as intervenções, sendo vinte e uma horas e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs a prorrogação do Período de Antes da Ordem do Dia por mais 30 minutos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Fez depois uma intervenção nos seguintes termos:

*"Senhoras deputadas municipais,
Senhores deputados municipais,
Senhores presidentes de junta,
Líderes dos grupos políticos do JPNT, do CDS-PP, do PS, do PCP e do PSD,
Comecei por aqui porque sou Presidente da Mesa da Assembleia, portanto é responsabilidade direta para com os membros da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e senhores vereadores,
Colegas da mesa,*

Nesta que será talvez a última assembleia deste mandato quero fazer uma intervenção do final de mandato. Eventualmente poderemos ter a necessidade de realizar uma sessão extraordinária, principalmente, para aprovar esta ata, para que as coisas fiquem "limpas", para evitar que os eleitos para o próximo mandato tenham que fazer uma aprovação de uma ata só com a participação daqueles que aqui estiveram presentes. Essa é uma questão que depois conferenciarei com os líderes políticos para encontrar a melhor solução. Inicio a minha intervenção dirigindo umas palavras ao público presente e aos trabalhadores do município que ao longo destes quatro anos nos auxiliaram.

Começo com um agradecimento aos trabalhadores do município, pelo apoio constante que sempre deram ao bom funcionamento das reuniões desta assembleia, com uma dinâmica que facilita a vida ao Presidente da Assembleia e à Mesa. Permitam-me referir que todos os trabalhadores foram importantes, mas queria aqui destacar o trabalho, porque entendo que é justo que assim o faça, da Dr.ª Mafalda Ferreira, que ao longo destes quatro anos deu um inestimável contributo ao bom funcionamento das assembleias, com um trabalho muito meritório. Não ficava bem com a minha consciência se não o referisse aqui, não querendo discriminar os outros, mas discriminando positivamente o trabalho que a Dr.ª Mafalda deu no apoio ao bom funcionamento deste órgão.

Um agradecimento também à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, pelo contributo para o bom funcionamento deste órgão, com a necessária articulação das

reuniões, com os assuntos, com a disponibilização dos meios possíveis, em especial neste último ano e meio em que estivemos numa situação muito difícil e que estamos a superar. É certo que, apesar desta situação difícil, nós conseguimos, com o empenho de todas e de todos os senhores deputados municipais, colocar em bom funcionamento esta assembleia municipal. Aos meus colegas da mesa um agradecimento muito especial pela cooperação e também por me terem aturado, em especial o meu feitio. Agradecer-lhes pelo facto de terem compreendido e referir que as nossas posições foram sempre tomadas por unanimidade.

As senhoras e senhores deputados municipais, um agradecimento pela cooperação e colaboração, mesmo quando houve entendimentos diferentes, pois é normal, é bom e é salutar que na vida pública existam discordâncias. Quero agradecer a todas e a todos os deputados municipais pelo trabalho de colaboração que sempre tiveram comigo, mesmo em assembleias que foram mais difíceis, e em outras menos difíceis, e referir que em meu entendimento penso que dignificamos o mandato que nos foi atribuído, pelo menos da minha parte entendo que foi dignificado o mandato. Em resumo, esta assembleia funcionou bem, cumprimos os regulamentos e foram cumpridas as obrigações legais.

Aos líderes dos grupos políticos também um agradecimento especial pela articulação existente, em especial no agendamento, e, também, pelo trabalho que foi desenvolvido nas reuniões permanentes.

Da minha parte, porque possivelmente haverá uma intervenção no dia do município, não podia deixar de fazer aqui esta referência de oito anos de vida política, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, no primeiro mandato e no segundo mandato, quero desejar a todas as senhoras e senhores deputados municipais e aos presidentes de junta que sejam candidatos e, também, ao senhor Presidente da Câmara e ao executivo, que tenham um bom desempenho nesta vida pública, defendam sempre os interesses do nosso município, mesmo com visões diferentes, com crítica construtiva, com crítica discordante, com crítica cooperante, com propostas diferentes, mas que articulem e defendam os seus pontos de vista. Dizer-lhes que há um momento em que há eleições, há um momento para as pessoas escolherem e, depois, há um momento para decidir. E o que é certo é que cada um tem a sua visão para o município e cada um apresenta o seu projeto para o município e cada um deve depois executar e no final apresentar-se aos munícipes, dizendo se cumpriu ou se não cumpriu, se merece ou não merece a confiança dos munícipes.

Da minha parte dizer-lhes que foram quatro anos bons, salutar, de defesa dos interesses do município, de defesa do interesse da democracia. Dizer-lhes que também tenho os meus projetos, a vida académica, a minha vida profissional, em que o IPCA está, atualmente, num momento de afirmação no distrito, na região e no país, com grandes desafios para estes próximos anos, em que tivemos hoje a eleição da nossa Presidente e, portanto, grandes desafios se apresentam e, desta forma dizer que no final deste mandato também regressarei à minha vida académica e profissional com mais intensidade e ainda com mais dedicação.

Dizer ao público presente que gostaria que houvesse muito mais intervenções, e que podem existir críticas à mesa da assembleia, se a intervenção deve ser no início, ou no fim, sendo que todas as vezes em que o público aqui se apresentou para falar, foi-lhes dada a palavra, tiveram possibilidade de defender os seus pontos de vista, e, na minha perspectiva, não é pelo facto de ser no início ou no fim, que poderá haver mais intervenção do público.

Esta assembleia não é diferente de muitas outras assembleias, é igual, e, nuns sítios sofrem críticas num sentido, noutros sítios sofrem críticas noutro sentido, mas tenho a consciência tranquila. Penso que a mesa desempenhou as suas funções de acordo com o Regimento e de

acordo com a lei, e lamento uma vez em que, no cumprimento do Regimento, houve uma situação menos favorável, mas são as circunstâncias da vida e nós não podemos, passado algum tempo, resolver coisas que poderiam ou deveriam ter sido resolvidas no momento e, por isso, aconteceu o que aconteceu e temos é que superar essas situações.

Senhoras e senhores deputados permitam-me que lhes envie um grande abraço e também desejos de umas boas férias. Muito obrigado.”-----

De seguida e antes da intervenção do Senhor Presidente da Câmara para responder às questões sobre a informação escrita, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, interrompeu os trabalhos por três minutos, para conferência de líderes, com vista à discussão dos votos de pesar e da recomendação apresentada.

Pelas vinte e uma horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou os trabalhos, tendo passado a palavra ao senhor deputado municipal do PCP, para reformular o sentido da recomendação apresentada, tendo ainda referido, ter chegado à mesa, um pedido do deputado municipal, líder político do PSD, para que o senhor Presidente da Câmara possa esclarecer o que é que está em causa nesta questão da Associação Rio Neiva, para que todos possam, ao apreciar a recomendação, saber o que é que estão a votar.

O Sr. Deputado Municipal Manuel Carvoeiro, do PCP, interveio nos seguintes termos:

“Obrigado senhor presidente,

Então muito rápido. Estamos aqui perante um lapso na referência ao objeto desta recomendação, na epígrafe da recomendação deverá constar, em vez de, “esforços tendentes à certificação da Associação Rio Neiva como instituição de interesse municipal.” deverá constar, “esforços tendentes ao reconhecimento de interesse municipal do projeto/empreendimento da Associação Rio Neiva”. Projeto que a associação tem há cerca de 2 anos e que já trouxe aqui esse assunto, já foi debatido aqui nesta assembleia e, claro está também, no final do texto, dever-se-á considerar a retificação que eu agora acabo de referir. Portanto, é isto que está aqui em causa. Não a certificação da Associação Rio Neiva, mas sim o projeto que a Associação tem em mãos e que carece precisamente desse reconhecimento de interesse municipal para desenvolver as suas atividades. É isto que eu tenho a dizer. Obrigdo.”-----

Na sequência do requerimento apresentado à mesa pelo senhor Deputado Municipal do PSD, o Presidente da Assembleia Municipal, pediu ao Senhor Presidente da Câmara que pudesse brevemente explicar o que era esse projeto/empreendimento da Associação Rio Neiva, tendo o mesmo esclarecido nos seguintes termos:

“Senhor Presidente, restante mesa,

Senhores vereadores,

Senhores deputados municipais,

Público presente,

Minhas senhoras e meus senhores,

Muito rapidamente. Do conhecimento que eu tenho sobre este processo, porque não sabia de antemão que ia ser apresentada esta recomendação, tenho a informar que o edifício que lá existe terá sido construído pelo ICNF, em tempos, e estava destinado e estará licenciado neste

momento para atividades desportivas. A verdade é que, desde logo, o uso desse edifício foi alterado após um incêndio que ocorreu aqui há uns anos a esta parte e, neste momento, funciona lá uma componente muito mais administrativa da associação e um bar, ou se não é um bar dá apoio pelo menos dessa natureza. Ora, neste momento há claramente uma ilegalidade no funcionamento daquele espaço.

Nós estamos a falar de uma associação ambiental e eu acho que é um péssimo exemplo que o município dá, do ponto de vista urbanístico, e a própria assembleia se pronunciará sobre isso, de autorizar, ou reconhecer o interesse municipal sobre a construção de edifícios numa zona de cheias, pois está assim determinada no Plano Diretor Municipal e sujeita a inundações.

Portanto, aquilo que eu penso que a Câmara e a Assembleia se poderá pronunciar no sentido favorável é, no dia em que a Associação souber dividir aquilo que é a sua componente de sede propriamente dita, administrativa e de lazer, e que esta seja colocada num sítio fora da zona de cheias, e permanecer apenas na zona de cheias a correspondente à prática desportiva de canoagem, isso sim, poderá haver aqui uma certa complacência da própria assembleia, apenas, porque isso faz sentido que esteja na margem do rio e com caráter de construção adequada a essa prática. Mas nunca transformar aquele espaço destinado exclusivamente à canoagem, alterando-lhe o seu uso. Não há muito mais a dizer sobre este assunto pois já foi bastante falado.

Vindo de uma associação ambiental, confesso-vos que me choca um pouco mais porque devem dar o exemplo a tudo aquilo que é a componente do urbanismo do próprio município.

Não há nada de componente partidária, como foi aqui insinuado numa das intervenções anteriores. Era só o que faltava se for nesse sentido. As decisões da Câmara e da Assembleia serão certamente compreendidas pelos senhores deputados e deputadas favoravelmente se forem no sentido de não pressionar para uma solução que não é adequada, e que será um mau exemplo para os munícipes de Esposende. Eu acho que o nosso posicionamento deve ser aquele que é mais coerente com as nossas consciências e no meu entendimento não deve ser, de todo, favorável.

Portanto, relativamente ao licenciamento é disto que se trata. Aliás, importa dizer aqui uma coisa: impende sobre aquele edifício, neste momento, uma ação contraordenacional por parte do ICNF, que eu penso que ainda nem sequer está resolvida. Portanto, o próprio ICNF já aplicou uma contraordenação à Associação face às construções que lá estão localizadas. Há aqui claramente uma ilegalidade e um incumprimento por parte da associação, não é a Câmara e eu penso que o ICNF também não estará politizado digo eu. Assim, há aqui um posicionamento claro, há uma ilegalidade naquele local neste momento e nunca poderia ter a nossa complacência numa situação dessas.

Muito Obrigado."-----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR CARLOS MANUEL ANTUNES BERNARDES.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS, PELO FALECIMENTO DO DR CARLOS MANUEL ANTUNES BERNARDES.-----

MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA E AO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS.-----

2 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ADELINO AUGUSTO GRAÇA BARBOSA BARROS (NENO).-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS, PELO FALECIMENTO DE ADELINO AUGUSTO GRAÇA BARBOSA BARROS (NENO).-----
MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.---

3 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA QUE, COM A MÁXIMA URGÊNCIA, DESENVOLVA TODOS OS ESFORÇOS TENDENTES AO RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL DO PROJETO/EMPREENHIMENTO DA ASSOCIAÇÃO RIO NEIVA, E TODOS OS DEMAIS PROBLEMAS PENDENTES, DE FORMA A EVITAR O ESTRANGULAMENTO DA SUA ATIVIDADE.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO DEPUTADO DO PCP, COM 15 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, 10 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO JPNT, DO DEPUTADO DO CDS-PP E DO PCP, E 5 ABSTENÇÕES DOS PRESIDENTES DE JUNTA DA FREGUESIA DE GEMESSES, DE VILA CHÃ, DE FORJÃES, DE ANTAS E DE UM DEPUTADO DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.-----

Pelo Grupo Político do PPD/PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *"Votamos contra pois, ouvido o Sr. Presidente da Câmara que explanou a situação, realçando as questões ambientais e sérias dívidas que o local onde a Associação Rio Neiva pretende erigir um edifício obtenha concordância das entidades ligadas ao ambiente, ficamos com a certeza de que não deveria esta Assembleia Municipal declarar, para já, o projecto como de "Interesse Municipal" sem que primeiro a referida Associação consiga obter por parte das entidades oficiais que tutelam aquela área a respectiva autorização."*-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *"O PS vota a favor, porquanto o assunto em questão devia há muito estar resolvido, e devia ser a câmara e o respectivo presidente, os seus maiores impulsionadores. O argumento alegado pelo presidente da câmara, ou seja, que o edifício ficaria situado em zona de cheia, mais não é mais do que uma desculpa incoerente e politicamente hipócrita. Na verdade, o edifício do Clube Náutico de Fão, destinado a funções idênticas, está em zona de cheia, e atendendo ao seu destino, é perfeitamente justificado. Mas, a hipocrisia política do senhor presidente da câmara atinge o cúmulo quando apresenta como "jóia" do seu mandato o projecto do Parque da Cidade de Esposende, a construir em*

zona de cheia.

Então se for a Associação Rio Neiva a Construir não pode, e fica-lhe mal por ser uma associação ambientalista, mas se for a Câmara já pode, e a Câmara não deve ter preocupações ambientalistas?

Haja decência!

Mais vale dizer que não gostam da Associação Rio Neiva e que têm como objectivo persegui-la e acabar com ela, ou então colocar lá um dos seus comissários políticos.

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Executivo Municipal não deu importância ao assunto ao longo dos últimos 2 anos, em que nada foi feito para resolver a questão, pese embora as promessas feitas em vários momentos do processo.*

Não é justo, nem coerente, para quem diz ser a Rio Neiva ADA uma importante parceira do município no desenvolvimento de vários projetos, tratar os seus representantes com desprezo, ainda para mais quando a associação foi levada por este caminho pela própria autarquia.

Aquilo que a Rio Neiva ADA precisa é de apoio na resolução dos seus problemas e não ser recriminada, acusada e até discriminada negativamente. Se a autarquia esteve, e muito bem, ao lado das outras associações e clubes que utilizam equipamentos nos leitos do rio Cávado (como tem de ser por via da atividade náutica), também o tem de estar no caso desta importante associação de cariz ambiental e desportivo, que ainda recentemente foi agraciada pelo senhor presidente da república pela qualidade dos seus projetos e bons serviços prestados junto da comunidade.

Apelamos, pois, mais uma vez, para que o Executivo Municipal dê os passos e adote os procedimentos administrativos necessários à resolução das questões burocráticas junto das entidades competentes, nomeadamente a APA e ICNF. Ainda para mais quando o Presidente da Comissão de Cogestão do Parque Natural do Litoral Norte e o senhor Presidente da Câmara são a mesma pessoa.

Acreditamos que, com boa vontade, espírito aberto e parceria entre as entidades envolvidas, será possível criar melhores condições para que a Rio Neiva ADA desenvolva o seu trabalho com melhores condições e segurança para as dezenas de crianças que utilizam as instalações e acesso ao rio.

Por estes motivos, estamos a favor da declaração do interesse municipal do equipamento para que a associação possa junto das entidades competentes conseguir os respetivos pareceres favoráveis e avançar com o seu projeto de melhoria das instalações.”

Pelo membro do CDS PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos favoravelmente a recomendação apresentada pelo PCP, na medida em que a Associação Rio Neiva vem desenvolvendo diligências com vista a que a mesma seja reconhecida como Associação com acção de relevante interesse público, o que equivale por dizer, que vem diligenciando no sentido de que seja efectuada uma análise e seja tomada uma decisão quanto ao pedido de concessão de estatuto de instituição de relevante interesse municipal. Esta associação vem desenvolvendo estas diligências desde há anos, tendo o assunto já sido discutido também em sessão da Assembleia Municipal decorrida em 27 de Junho de 2019. Ora, esta Associação, conforme é do conhecimento de todos, desempenha um conjunto de actividades de relevante interesse e é reconhecida pelo seu trabalho quer em Portugal quer no panorama internacional, atendendo aos diferentes projectos que apresenta e que desenvolve.*

Consideramos que o que fica dito e o histórico já envolvido constituem argumentos amplamente suficientes para votar favoravelmente à recomendação em causa."-----

Pelo membro do PCP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "*Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende, após a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a matéria que consta desta Recomendação do PCP, emerge reforçar a necessidade e a pertinência da Recomendação em apreço. O que o Sr. Presidente da Câmara disse sobre a Associação Rio Neiva denota uma flagrante dualidade de critérios quanto ao tratamento desta Associação por comparação com outras. Referiu o Sr. Presidente da Câmara que a Associação Rio Neiva, com o projeto de ampliação/reestruturação da sua sede, fere a natureza, uma vez que as infraestruturas desta Associação estão em zona de leito de cheia, em plena margem do Rio Neiva. Mais disse o Senhor Presidente que a Associação Rio Neiva é arguida em processos de contraordenação instaurados pelo ICNF. Que grande e insanável contradição do Senhor Presidente da Câmara, quando, no que concerne à Rio Neiva mostra tanta preocupação com a defesa da natureza, dos ecossistemas, com a localização de infraestruturas em leito de cheia e, ao mesmo tempo, legítima a construção de vivendas nas dunas primárias na Praia do Suave Mar, em zonas de acentuada erosão costeira. Contradição flagrante quando apoia, legítima e acarinha o Clube Náutico de Fão (e nada tem o PCP sobre este Clube e a sua valia no plano desportivo), que, do mesmo modo, está também localizado em leito de cheia, com o funcionamento de cafetarias no edifício deste clube. Mais, a direção deste Clube até proibiu a circulação pedonal no caminho, que sempre existiu, em frente ao Posto Náutico em Fão. Tanta preocupação do Senhor Presidente da Câmara com a defesa da natureza e do meio ambiente, quando está em causa os projetos da Associação Rio Neiva, obstaculizando a sua concretização, desde logo ao não reconhecer o interesse público municipal de tais projetos e, ao mesmo tempo, nada diz sobre a construção de unidades industriais, concretamente oficinas localizadas em zonas habitacionais. É tão grande e tão visível a hipocrisia política do Senhor Presidente da Câmara e deste Executivo municipal de maioria PSD.*

Por isso, apesar do PCP ser o autor da Recomendação em apreço e, claro, votar a favor da aprovação da mesma, não pode, após a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, eivada de contradições e atizada hipocrisia política, onde ressalta o tratamento de favor de umas associações em detrimento de outras, deixar de apresentar esta declaração de voto."-----

Terminadas as votações, o senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os senhores deputados municipais sobre se havia questões relativas à Informação Escrita do senhor Presidente da Câmara.-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

O Senhor Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e para a sua intervenção política, uma vez que, não havia pedidos de esclarecimento relativamente à Informação Escrita do senhor Presidente da Câmara.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

“Senhor Presidente,

Começo por agradecer as palavras do Dr. Neiva relativas aquilo que tem sido o desempenho do município, recordando aqui o contexto extremamente complexo e difícil que vivemos durante este mandato, para o qual não estávamos claramente preparados. Tivemos que alterar um conjunto de orientações e de projetos que tínhamos para acudir a uma força e necessidade bem maior, que é, a nossa população e, naturalmente que isso foi talvez aqui o facto mais importante que ficará ligado a este período autárquico que vivemos.

De qualquer modo, nós não abrandamos e continuamos a fazer o nosso trabalho e há dados que confirmam aquilo que tem sido o desempenho do município.

Portanto, agradeço-lhe muito as suas palavras e compreensão em relação aquilo que tem sido o esforço que eu e o meu executivo temos feito, para cumprir com a nossa palavra, para dignificar os cargos políticos.

Passo à intervenção do Dr. Manuel Carvoeiro e dizer, desde logo, que nós não ouvimos o deputado Manuel Carvoeiro, nós ouvimos o candidato Manuel Carvoeiro, claramente a posicionar-se, face aquilo que são os próximos desafios autárquicos e a criticar o desempenho do município, mas muito focado nessa vertente.

E dizendo com isto o quê? Dizendo com isto que eu não sei como é que é possível dizer que não se faz nada no município, quando na informação escrita tem aí um mapa, daquilo que são as empreitadas que estão em curso neste momento e que ultrapassam os 14,5 milhões de euros. Eu não sei, mas há evidências um pouco por todo o lado no município, das várias intervenções que estão a ser feitas com um grande esforço financeiro por parte do município, com muito pouco de apoios de fundos comunitários e, portanto, é um contrassenso completo, aliás, eu já o disse aqui numa assembleia anterior, ao mesmo tempo que temos pessoas a criticarem-nos e insatisfeitas pela presença das obras que são sempre inconvenientes enquanto estão em curso, temos a oposição a insistir que nós não fazemos absolutamente nada e isso não corresponde de todo à verdade. Se me disser que é menos do que aquilo que esperava, dentro daquilo que seria capaz de fazer se cá estivesse, eu até posso aceitar isso, agora dizer que não se faz nada, isso não é verdade, não corresponde à verdade.

Se somarmos a esses 14,5 milhões de euros, os 3,9 milhões de euros que a Polis tem em obras, e previstas neste momento, como há bem pouco tempo o Dr. Neiva falou disso, da intervenção no Portinho de Pesca da Couve, em Apúlia, por exemplo e que já podia estar neste momento a obra no terreno, mas entendemos, em articulação perfeita com os concessionários e com os pescadores, que não é oportuno e que seria para iniciar mais para o fim do verão, para não complicar a vida a quem tem que a ganhar nestes períodos tão difíceis.

Quanto às inaugurações, Dr. Carvoeiro, de facto, as obras foram empurradas para o final do mandato, é um facto, elas já deviam estar feitas, eu não vou ter tempo de inaugurar tudo, pelo que não precisa de se preocupar. São muitas, eu tenho 14 ou 15 obras para serem terminadas até ao final de agosto, pode ter a certeza que não as vou inaugurar. O meu foco não é inaugurar-las, é sim pô-las ao serviço da população, o que é completamente diferente, pois eu passo bem sem esses momentos, mas também é verdade que a própria lei, quando são obras financiadas, nos obriga a fazer o ato de inauguração. É preciso que se saiba isto, pois eu penso que a maior parte das pessoas poderá não saber. Nós somos obrigados, porque é assim que fica no contrato dos fundos comunitários, a fazer a inauguração da obra, a torná-la evidente e a ficar lá uma placa durante 5 anos em como houve apoios de fundos comunitários.

Portanto, nem tudo é vaidade, mas também não é incorreto ter esse contacto com a população e mostrar o trabalho que fizemos, se formos lá para mostrar algo que não fizemos, isso é estranho, agora se for para mostrar aquilo que foi feito parece-me perfeitamente merecido. Quanto às questões do isolamento, falou de muitas coisas, naturalmente que eu não poderei responder a tudo, eu penso que isso tem a ver com as orientações do seu partido e refere-se sobretudo, mais ao Alentejo do que ao Minho e ao nosso município em concreto, não tenho dúvidas sobre isso. Aliás, eu penso que o senhor deputado Carvoeiro não conhece a realidade do trabalho que tem sido desenvolvido nos serviços de ação social, nomeadamente sobre um projeto que nós designamos de Projeto Âncora, que está no terreno desde maio de 2020, que resultou na contratação de pessoas, na altura para atender aquilo que são os efeitos da pandemia e que, depois, essas pessoas foram recrutados para o projeto. Vou-lhe dar aqui alguns números: foram sinalizadas 139 pessoas, foram feitas 2.054 visitas ao domicílio, do ponto de vista de gerontologia 686 consultas domiciliárias, psicologia 644 consultas domiciliárias, telefonemas, porque também por telefone se conseguem interagir com as pessoas, de gerontologia 341 telefonemas, de psicologia 276 telefonemas. São pessoas que são sinalizadas em articulação com as juntas de freguesia, com o ACES, com as IPSS, com os serviços de ação social. Portanto, mesmo assim, num contexto completamente distinto e que não é de crise, relativamente a essa situação, o município também aí tem uma resposta para o isolamento das pessoas. Atenção que não estamos a falar de pessoas institucionalizadas, ou em contacto com IPSS, estamos a falar de pessoas que estão em casa e porventura estão sinalizadas e os senhores presidentes de junta sabem bem do que é que eu estou a falar. Portanto, nem aí, apesar das circunstâncias completamente diferentes daquilo que será noutras zonas do país e do mundo, nem aí tem razão.

Da Dr.ª Tânia Mota não há muito a dizer. Eu acho que há uma ideia feita de que o Presidente da Câmara tem que responder a todas as pessoas, a todo o momento, a toda a hora e não é assim que funciona. Há uma estrutura hierárquica, e eu, de facto, lidero este projeto, mas tenho 200 e tal pessoas que respondem pelo município e são 200 e tal pessoas que começam pela minha vereação e passam para os chefes de divisão e para os trabalhadores do município. O Presidente da Câmara não tem que responder a tudo, era só o que faltava, se puserem em cima do Presidente da Câmara ou de um qualquer Presidente de qualquer instituição, toda a responsabilidade de interação com os seus clientes, ou neste caso com os munícipes. Isso é impraticável. Podem continuar a fazer essa acusação, mas não há ninguém, nem um presidente de junta consegue atender toda a gente, a todo o momento. As coisas não funcionam dessa maneira. Eu tenho que lidar com os projetos macro, que carecem da minha decisão e só a minha decisão pode decidi-los, mas não posso encarregar-me de todas as tarefas do município pois não é assim que funciona. Dependendo da complexidade dos projetos e daquilo que possa acontecer, sim eu devo estar presente, na liderança e na articulação, mas não em permanência e, portanto, essa acusação não é para mim. Eu estou todos os dias a trabalhar no meu gabinete e recebo pessoas constantemente, não consigo é receber todas.

Também é verdade que se conseguem construir muitas vezes falácias à volta dessas coisas, mas eu sinto-me de consciência tranquila em relação aquilo que é o meu desempenho. Passo os meus dias na Câmara, tenho um histórico que fala por mim, se forem ver ao registo de assiduidade do município, só não pico à entrada e à saída como um trabalhador normal, mas devo ser a pessoa que menos faltou, aliás faltas não tenho nenhuma, férias tenho 5, 10 dias de

férias por ano no máximo. Portanto, a minha dedicação à causa a que me entreguei é total e desafio quem quiser a provar o contrário.

Portanto, se não conseguir atender as pessoas todas, paciência, tenho que conviver com essa realidade.

Do caso da Esposende Ambiente: a Esposende Ambiente é uma empresa certificada, obedece a regras da entidade reguladora, não pode praticar preços diferentes para uns e para outros, se são praticados existe certamente uma razão. Quer saber qual é a razão Dr.^a Tânia Mota? É que os primeiros 20 metros de uma qualquer ligação, são gratuitos obrigatoriamente, aliás, neste momento, em boa verdade, as ligações são gratuitas e fui eu que as instituí. Ligações de água e saneamento, devemos ser dos poucos municípios onde não se paga a ligação. Mas, quando o ramal está a mais de 20 metros, a pessoa tem que pagar o remanescente, ou seja, se estiver a 30 metros, paga 10 metros, os últimos 20 já não paga, porque a lei assim o impõe, certo? Se estiver a 100 metros, pagará o correspondente à diferença também, ou seja, pagará 80 metros, daí a diferença do preço, mas o critério está devidamente estabelecido e é regulado, não é nenhuma vontade da empresa Esposende Ambiente de cobrar mais a um e menos a outro. Tão simples quanto isto e devíamos orgulhar-nos da empresa que temos, de todos os pontos de vista, mas acima de tudo, da qualidade do serviço que presta, que é exemplar e reconhecida como uma das melhores empresas municipais deste país. Disso não tenho qualquer dúvida e é comprovado constantemente esse desempenho.

Quanto aos valores entregues às famílias, eu não lhe posso dizer exatamente quais são os valores, mas sei o esforço que nós fizemos durante a pandemia para atender às necessidades das famílias e, no fundo, simplificar a vida das pessoas e isentar um conjunto de pessoas e famílias mais carenciadas, famílias numerosas, etc. Mas posso fazer-lhe chegar informação mais concreta.

Quanto ao funcionamento da Assembleia, que foi também uma constante nas intervenções, eu penso que a Assembleia tem um Regimento que foi aprovado e ela funciona nos termos desse Regimento. Ou seja, dizer que não funciona muito bem não é correto pois o funcionamento é esse, as assembleias são abertas ao público, por acaso vejo aqui muitas pessoas a assistir, não são fechadas, de repente.

Dá a sensação que nós fazemos isto tudo à porta fechada e que ninguém sabe o que é que se passa aqui dentro. Se são ou não são transmitidas, isso já é outra questão, mas as assembleias são abertas ao público, o público pode participar e tem participado e, portanto, isto não é uma espécie do "agarrem-me, senão eu mato", vocês têm liberdade para chegar lá fora e escreverem o que quiserem a propósito do que se passou aqui dentro e divulgá-lo, dentro daquilo que são as vossas formas de divulgação junto das pessoas, dos órgãos de comunicação, etc. As atas são públicas, tudo o que se passa aqui dentro é de cariz público, portanto, de repente, parece que as pessoas estão aqui coagidas, presas e sem ter liberdade de expressão, o que não acontece, de todo.

Agora, que há regras há, que há tempos a cumprir há, e o senhor Presidente da Assembleia faz questão de ser bastante rigoroso nisso, mas isso, resulta daquilo que foram as eleições anteriores, tão simples quanto isso. Se o povo, nas suas votações, lhes tivesse dado mais votação vocês teriam mais tempo para falar, mas isso são as regras da democracia, não vamos subvertê-las no interesse próprio, não é assim que as coisas funcionam.

Portanto, aquilo que eu vos sugiro, é que se empenhem muito nas próximas eleições para convencer as pessoas que os vossos projetos são os melhores e ganharão, para no próximo ciclo autárquico terem o tempo de que precisam para falar. Penso que não há muito mais a

dizer do que isto.

Quanto ao Dr. Tito Evangelista, se eu se não soubesse qual era o partido do Dr. Tito eu diria logo que era do Partido Socialista.

É exatamente este discurso populista e demagogo, que é utilizado por todo lado, de repente o Presidente da Câmara tinha que fazer agora, em 4 anos, tudo aquilo que estava previsto desde 1993. Portanto, eu agora tenho aqui uma máquina de fazer dinheiro e vamos para a frente, vamos fazer tudo aquilo que não foi feito até hoje. Isso é completamente absurdo e ridículo, de pedir responsabilidades ao município, por exemplo, para fazer o acesso, a ligação de Antas até Forjães, quando nem sequer é uma responsabilidade da câmara municipal. Podia dar aqui uma dezena ou uma centena de exemplos destes que não têm qualquer cabimento. Portanto, isto são os devaneios próprios do partido que representa e muito bem, sendo assim, faz jus à filosofia do partido que representa, mas, ainda por cima, com outra forma que é com o dinheiro dos impostos. Portanto, eu tinha que fazer tudo, e também descer os impostos locais e as taxas, a única coisa que nós não abdicamos foi do IRS, mas até esse teríamos que tirar. Ou seja, nós tirávamos tudo, ficávamos sem dinheiro e, entretanto, fazíamos as obras todas. Portanto, eu ainda estou para ver onde é que há esse milagre. Eu sei que há um milagre nacional, mas é à conta do aumento da dívida externa, que um dia vai dar um estouro, pois já levaram o país à falência por duas vezes e, se não fosse o Partido Social Democrata a levantar o país isso nunca aconteceria e estávamos hoje aqui numa situação muito difícil e nem sei como é que viveríamos hoje em Portugal.

Essa fórmula só dá resultado aí em termos nacionais, pois para o Partido Socialista é bom a gastar aquilo que são os rendimentos dos outros, mas não a distribuí-los de forma correta, equitativa e, portanto, trazer para o município essa fórmula é fácil, tem a capacidade de endividamento por parte do município em dezanove milhões de euros. Eu tenho a certeza que um executivo socialista, em 4 anos, era bem capaz de rebentar com estes dezanove milhões de euros, o município ia crescer muito, não tenho dívidas, iam ser feitos dezanove milhões de euros de obras, mas depois, ficávamos na penúria e alguém tinha que vir para cá levantar o município, que é sempre assim que acontece, como já fez o Guterres e o Sócrates e outros.

As referências à minha equipa referir que eu, em boa verdade, nunca corri com ninguém, o que eu faço é uma coisa diferente, que é renovar as minhas equipas em função dos meus projetos e daquilo que eu pretendo para servir melhor a população. E, Dr. Tito, vou ter que ser direto nisto que vou dizer, a única pessoa que eu me lembro mesmo de ter sido corrido, foi o Dr. Tito, no tempo do Alberto Figueiredo, disse eu lembro-me, agora eu nunca corri com ninguém, podem ter a certeza disso, nem vou correr.

Da Dr.ª Sandra Bernardino, eu percebo a frustração de ter feito parte de um projeto político, que, entretanto, resultou em nada! Tanto é assim, que acabam por neste momento, assumir publicamente que nem sequer se vão candidatar a nada. Eu, por acaso, tinha uma perceção de que isso iria acontecer, mas, naturalmente, que poderia não ser assim, vocês podiam ter um desempenho que, neste momento, granjeasse o apoio da população pois até tiveram uma votação expressiva e têm uma representação bastante expressiva aqui na Assembleia. Infelizmente não foi assim, infelizmente porque a oposição a mim não me incomoda minimamente. Portanto, eu acho muito bem que divirjam, agora a verdade é que o próprio posicionamento que vocês tiveram nesta Assembleia, não digo tanto da Câmara por acaso, mas na Assembleia, porque até era a única oposição que tínhamos na Câmara, mas aqui

reparem, o que disse hoje, se eu fosse ver as atas de todas as Assembleias deste mandato e podia trocar a primeira pela última que ia dar ao mesmo, foi sempre a mesma coisa, sempre a criticar, sempre a dizer mal, nunca houve propriamente uma ideia construtiva para o município. Não admira que o vosso projeto político tivesse caído, porque vocês, e é só a minha opinião, perante a população de Esposende não trouxeram nada de positivo, foi apenas dizer mal do Presidente da Câmara, criticar o Presidente da Câmara e o executivo, fosse lá ele quem fosse. O povo de Esposende é inteligente, as pessoas são capazes, interpretam muito bem as vontades, quando são partidos que têm uma filosofia política por trás, naturalmente agarram-se muitas vezes a essas filosofias políticas e às pessoas, quando são movimentos independentes é preciso trazer conteúdo e, em boa verdade, não conseguiram trazer conteúdo. Portanto, não admira que tenha acontecido o que aconteceu e que mais uma vez não tenha mais nada para dizer, que não seja criticar o desempenho da câmara municipal. E eu gostava muito de uma oposição participativa, construtiva, como disse o senhor Presidente da Assembleia e muito bem, que me ajudasse a gerir o município que é uma tarefa difícil e muito exigente para todos nós e é nessa perspetiva que nós encaramos estes desafios. É numa tentativa de dar uma resposta favorável às pessoas, melhorar a vida das pessoas, fazer desenvolver o nosso município e tenho conseguido, mesmo com oposição altamente destrutiva, vamos dizer assim, de crítica constante, temos conseguido, temo-nos alheado um pouco disso e temos prosseguido o nosso caminho e o trabalho fala por nós.

Naturalmente que vem aí um bom período para se voltar a explicar e nós explicaremos à população muito bem aquilo que fizemos, quer do ponto de vista material, quer do ponto de vista imaterial. Há muito trabalho feito, na educação, na cultura, no desporto, em todas as áreas. E depois, há a parte mais física, que é muitas vezes a mais visível, que são as obras no terreno, etc. Grande esforço, pouco dinheiro dos fundos comunitários, contas em ordem como vamos ver a seguir, com saldos e orçamentos que nunca foram vistos nesta Câmara Municipal. Essa é que é a realidade e é assim que se deve estar na política, na minha perspetiva.

Quando eu fui para cima dos palcos, há 4 anos atrás e há 8, prometi às pessoas, sempre, que a sustentabilidade financeira do município nunca seria posta em causa. Até hoje, orgulho-me muito de cumprir com a minha palavra, nós temos um orçamento de 30 milhões de euros para este ano, mais o saldo de gerência do ano anterior que foi de 7 milhões e novecentos mil euros, o que quer dizer que estamos a lidar com um orçamento real, neste momento, para este ano, de quase 38 milhões de euros e não há memória no concelho de Esposende de ter havido um orçamento dessa natureza. Da mesma maneira, que não há memória de haver obras em volume financeiro correspondente aquele que se passa hoje. Por muito que possam doer estas palavras, esta é que é a realidade e é comprovável, pelos documentos que nós apresentamos constantemente, quer seja a prestação das contas, quer sejam os orçamentos.

Muito obrigado!" -----

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor Presidente da Assembleia Municipal entrou no Período da Ordem do Dia, informando nos termos regimentais o público presente, que não o tendo feito previamente, se podia inscrever para intervenção no Período de Intervenção do Público, no final da presente sessão.

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

02.01 - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE - ANO DE 2020, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 31 de maio de 2021, foi presente na sessão, para aprovação, o Relatório de Gestão do Município de Esposende referente ao Ano de 2020, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto, tendo em suma referido:

“Uma nota prévia, tem a ver com a dificuldade na elaboração deste documento, dizendo desde logo que foi introduzido o novo sistema de normalização contabilística para as administrações públicas, o SNC-AP, bastante complexo, todos os municípios tiveram muitas dificuldades na elaboração destes documentos, face à comparação com o modelo anterior, portanto, queria deixar aqui uma palavra de apreço para todos os técnicos do município, eu diria em particular à Dr.ª Lígia Tarrío, que trabalhou de dia e de noite, para fechar este documento e portanto, com muita dificuldade, foi extremamente complexo e difícil, estamos todos a reaprender, ou a aprender neste momento, a lidar com estas coisas, mas as contas estão direitinhas e serão entregues ao Tribunal de Contas, quanto a isso não há dívida absolutamente nenhuma.

Quanto aos resultados apresentados, são contas de um ano extremamente complexo e difícil para nós, mesmo assim tivemos um resultado líquido de um milhão quinhentos e oitenta e um mil euros, diminuimos à nossa dívida que é constante, devemos cerca de seis milhões de euros e diminuimos mais de quatrocentos milhões a essa dívida, o nosso limite para o endividamento continua a ser quase vinte milhões de euros, como já referi, o saldo de gerência foi de sete milhões e novecentos mil euros como acabei de dizer, portanto, quer dizer que estamos a lidar com o tal orçamento real de quase trinta e oito milhões de euros.

Ao nível da execução naturalmente não foi aquela que nós desejávamos, porque, não pudemos fazer um conjunto de coisas que estavam previstas fazer e também é verdade, que as próprias empresas atrasaram as obras face à pandemia, já expliquei aqui isso, portanto, se eles não avançarem, não apresentarem os autos, nós não podemos pagá-los e não pagando não temos execução financeira. Portanto, baixou efetivamente a execução financeira do orçamento, principalmente na parte do Plano Plurianual de Investimentos, mas, não foi por vontade nossa, ou por inação nossa, foi porque não foi possível fazer de outra maneira.

Em termos gerais, isto é exatamente a imagem daquilo que é o desempenho do executivo, que é rigor nas contas, boas contas, isto quer dizer que estamos preparados para os desafios futuros que nos possam aparecer, temos um quadro comunitário de apoio ainda para finalizar, com um overbooking, não sabemos exatamente o que é que aí vem, mas estamos preparados para qualquer oportunidade que possa surgir, já nem vou falar do PRR que é das piores coisas que se está a fazer no país, para os municípios, já está tudo mais ou menos orientado, os valores, e tenho provas do que estou a dizer, infelizmente, mas, há um Portugal 2030, com uma estratégia apresentada através da CIM Cávado, nós queríamos muito que viesse a ser executado e portanto isso, carece sempre de boa saúde financeira, porque temos sempre uma parte que tem que ser previamente cabimentada para essa despesa, porque raramente há financiamentos a 100%. A verdade é que, aquilo que eu posso deixar aqui, é no fundo, uma

palavra a todos os munícipes de que nós fazemos as coisas com rigor e com uma preocupação constante na sustentabilidade do município e não, gastando desalmadamente por questões eleitoralistas, apesar de poderem dizer isso, isso nunca correspondeu aquilo que é a nossa visão do trabalho, caso contrário, teríamos muito por onde endividar o município, mas não é essa a nossa forma de trabalhar.”-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 21 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 3 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E 6 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT E DOS DEPUTADOS DO PCP E DO CDS-PP, APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2020, DO QUAL FAZEM PARTE OS SEGUINTE DOCUMENTOS: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020 E RESPECTIVOS ANEXOS (CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE, MAPA DE EMPRÉSTIMOS, DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL, DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA, DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA, DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI'S), DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL (PAM), ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA, ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA, ALTERAÇÕES AO PPI'S, OPERAÇÕES DE TESOURARIA, CONTRATAÇÃO ADMINISTRAÇÃO – ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO, TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA, TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA, DÍVIDAS A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS, MAPA DAS DÍVIDAS) E APROVAR A PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “O PS vota contra, pelas razões já mencionadas em declarações de voto anteriores sobre o mesmo tema. Durante três anos a câmara fez nada no concelho, e por isso os saldos orçamentais têm passado de um ano para o outro, contando o presidente da câmara uma falácia de grande gestor, quando na realidade é um péssimo gestor da coisa pública. Por tudo isso, o PS vota contra.”-----

Pelo membro do PCP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “Da análise do Relatório de Gestão do Município de Esposende – ano de 2020 - resulta que mais um ano se perdeu no que diz respeito à realização de investimentos estruturantes para o nosso concelho. Este relatório demonstra que a maioria PSD não tem qualquer rasgo e visão estratégica para desenvolver Esposende.

Mas, se, por um lado, não se vislumbra neste relatório a execução de obras estruturantes, o documento em apreço também mostra a faceta deste Executivo, sempre tão lesto no que toca à efetivação de despesas correntes, onde uma fatia bem grande tem a ver com a rotineira afetação de dinheiro aos projetos, estudos e pareceres, tudo numa lógica estritamente eleitoralista. Estamos perante um documento que permite verificar que as promessas, tantas, feitas por este Executivo municipal não foram cumpridas, sendo visível, ao invés, a

abundância de bagatelas/minudências de uma gestão atávica.

Por isso, a abstenção do PCP no que concerne a este ponto da ordem de trabalhos.” -----

Pelo membro do CDS PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “Abstivemo-nos, na medida em que o relatório de gestão do Município constitui um documento técnico. Sem prejuízo disso, e conforme vimos referindo desde há muito, a estratégia do executivo municipal cria embaraço ao desenvolvimento sustentado e integrado do concelho de Esposende. De facto, na nossa opinião, a estratégia de desenvolvimento deveria passar pela adopção de outras políticas, designadamente quanto à habitação, economia, infraestruturas, emprego e fixação de pessoas no nosso concelho.” -----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “Os relatórios de gestão são documentos técnicos, mas que refletem as prioridades, a estratégia, os níveis e a capacidade de execução nas diversas áreas.

Nos últimos anos a Câmara de Esposende tem sido gerida como se fosse um banco de há 50 anos atrás. Junta muito dinheiro na conta, para depois comprar um terreno ou uma casa e dar a entender aos vizinhos que é muito rica.

Esta tem sido a estratégia de que não faltam exemplos pois, para além dos milhões que constam nos balancetes mensais, foram várias as aquisições de terrenos, equipamentos e edifícios sem que nada ou quase nada tivesse sido feito. E tantas promessas ficaram por fazer e cumprir.

Referimo-nos ao edifício Pérola em Apúlia, à Estação Radionaval de Apúlia, ao Forte de S. João Batista, aos terrenos adquiridos para o IPCA, aos terrenos adquiridos para o Centro de Negócios, aos terrenos adquiridos para o alargamento da feira, aos terrenos permutados para a construção do Centro de Recolha Oficial de Animais. E podíamos ainda falar do Parque da Cidade, da Zona Desportiva Municipal, anunciados, mas que não têm ainda 1 m2 onde possam ser implementados.

Em resumo, 2020 foi mais um ano perdido! E perdido, desta vez com a justificação da pandemia, como se o COVID fosse desculpa para tudo.

A pandemia devia ter sido resultado de investimento e concretização de obras pois a construção civil foi um setor que não parou. Podia e devia ter sido dado um apoio forte às famílias e às empresas.

O que vimos foi um conjunto de ações implementadas a reboque dos municípios vizinhos e um conjunto de obras arrastadas para 2021, numa estratégia claramente eleitoralista.

Não aprendemos nada com o passado, onde obras lançadas à pressa, mal planeadas e projetadas, que se prolongaram no tempo até aos dias de hoje e algumas ainda sem solução à vista. Quem deixa tudo para a última, sujeita-se a problemas e imprevistos que prejudicam tudo e todos.

Numa análise mais cuidada das contas de 2020 vemos que, contrariamente ao que tem sido repetidamente dito pelo senhor presidente, teve a maior carga fiscal de sempre pois foi o ano em que os esposendenses pagaram mais impostos.

Este aumento da carga fiscal podia e devia ter sido canalizado para o apoio ao comércio, agricultura e outras áreas de atividade, mas não foi.

Em impostos diretos a autarquia cobrou 5 milhões e 600.000 euros. Em impostos indiretos recebeu 3 milhões e 300.000 euros. Da participação do IRS pago por todos nós, recebeu mais de 1 milhão e 400.000 euros.

Em resumo, os esposendenses contribuíram com mais de 10 milhões de euros para os cofres municipais!

As receitas globais aumentaram 15% quando comparadas com o ano transato e se a comparação for com 2017 – início do mandato, o aumento de receitas foi de 6 milhões de euros.

A pandemia, encerramento de serviços, implementação do teletrabalho e diminuição da atividade municipal podia ter representado um maior controlo sobre a despesa com o pessoal. Ao invés, continuou a contratação desenfreada de pessoal para cumprimento de compromissos políticos e eleitorais do PSD. A Câmara de Esposende tem hoje 213 trabalhadores mais 20 avançados. Não constam destes números os eleitos locais, os funcionários das empresas municipais Esposende Ambiente e Esposende 2000 e respetivas administrações.

O Município de Esposende foi durante algum tempo o que deteve o menor número de trabalhadores por habitante e hoje concorre para ser líder nesta área. E esta decisão, com custos fixos enormes, retira poder e capacidade de investimento a médio prazo.

Em termos de taxas de execução, as Grades Opções do Plano tiveram uma taxa de concretização de 62% e o Plano Plurianual de Investimentos de apenas 38%.

Estes são números muitíssimo baixos para um ano que devia ter sido marcado pelo investimento, crescimento, desenvolvimento e concretização da maior parte dos compromissos com a população de Esposende.

Para terminar, repetimos o que foi dito antes, este Executivo Municipal perdeu no ano de 2020 uma grande oportunidade para investir, concretizar, ajudar e apoiar, deixando tudo para 2021 – ano de eleições autárquicas, como se os esposendenses andassem todos a dormir num sono profundo e acordassem apenas de 4 em 4 anos. O concelho precisa de muito mais e melhor!"--

02.02 – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2020, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 76º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 24 de junho de 2021, foi presente na sessão para deliberação, o Relatório de Consolidação de Contas do Grupo Público do Município de Esposende, relativo ao Ano de 2020. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto, tendo em suma referido:

"Senhor Presidente, isto não é mais do que, a apresentação das contas da Esposende Ambiente, da Esposende 2000 e do Município em conjunto, e que, face aquilo que tem sido o desempenho do município e das empresas municipais, é também um documento digno de ser apresentado em qualquer lado.

Uma nota específica em relação à Esposende 2000, as receitas da Esposende 2000 têm muito a ver com o funcionamento das piscinas, face à pandemia, naturalmente que não conseguimos as receitas que era suposto terem, o que quer dizer que apresentou um défice, mesmo assim, eu deixei uma nota de louvor à administração, porque, conseguiu minimizar o impacto das contas, procurando todos os apoios que era possível ter, inclusive fazendo uma espécie de jurisprudência, ou seja, à data pensava-se que não podiam ter lay-off e conseguiram, através

de um parecer da própria Comissão de Coordenação, ter também esse apoio para os trabalhadores, porque, as despesas fixas estão lá na mesma, não tinham era as receitas das entradas nas piscinas, etc e do verão, que normalmente vinha equilibrar as contas com a piscina exterior, etc, foi terrível para eles. Fizeram um trabalho exemplar, inicialmente tínhamos acautelado um défice na ordem dos quatrocentos mil euros, no final cifrou-se em duzentos e sessenta, mesmo assim, conseguiram ainda diminuir substancialmente. Entretanto, conseguiram agora um apoio de cento e tal mil euros, que já não entra para as contas do ano transato, mas entra para estas, e portanto, foi um desempenho extraordinário, parabéns à administração no seu conjunto e parabéns aos trabalhadores, que têm passado um momento bastante difícil.

A Esposende Ambiente é a Esposende Ambiente, apresenta-se dentro daquilo que é o seu trabalho, sempre com resultados positivos, sendo que há sempre um reinvestimento, a Esposende Ambiente não está feita para dar lucro, está feita para reinvestir permanentemente. Portanto, têm que reinvestir permanentemente esses valores, naturalmente também parabenizei a administração da Esposende Ambiente. E, quanto ao município, foi aquilo que acabamos de aprovar no ponto anterior, portanto, contas em ordem, o Grupo Municipal totalmente estável em termos financeiros, esperemos pela retoma, para que comecem novamente a apresentar, no caso da Esposende 2000, também a apresentar resultados positivos.

Tem os pareceres dos Revisores Oficiais de Contas, como é evidente, e portanto, está tudo em ordem e aconselha-se que assim continue.”-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 20 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 3 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E 6 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT E DOS DEPUTADOS DO PCP E DO CDS-PP, APROVAR O RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2020.-----

Não participou na discussão e votação do assunto, por se declarar legalmente impedida, a deputada municipal Jaqueline Casado Afonso Areias.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “O PS vota contra, pelas razões já mencionadas em declarações de voto anteriores sobre a mesma questão.

As contas do “universo municipal” estão incorretas, designadamente as da empresa Esposende Ambiente com um buraco de mais de €700.000 que provém já do mandato anterior. Por tudo isso, o PS vota contra.”-----

Pelo membro do PCP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “Cientes da natureza eminente técnica deste documento, e sem postergar a sua conceção em obediência ao quadro legal aplicável e enquadrador do mesmo, e em coerência com a posição de princípio que sempre assumiu contra a existência das duas empresas municipais que pontificam no município de Esposende, uma vez que os serviços prestados por estas duas empresas poderiam

ser realizados diretamente, com ganhos de eficácia e eficiência, pelos serviços municipalizados, o PCP abstém-se quanto a este ponto da Ordem de Trabalhos.”-----

Pelo membro do CDS PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Abstivemo-nos, na medida em que o relatório de consolidação de contas do Grupo Público do Município de Esposende, constitui também um documento técnico, o qual está sujeito a um conjunto de regras relativas à sua preparação e apresentação.*

Sem prejuízo disso, considerando que o relatório é referente ao ano de 2020, a situação pandémica causou um conjunto de constrangimentos, aos quais não somos indiferentes e os quais são visíveis e resultam do documento. Além disso, entendemos também que a estratégia a adoptar deveria ser diferente e apostar na valorização das pessoas, do nosso território e património, devendo o grupo publico estar ao seu serviço.”-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Integrando o referido relatório o documento de apresentação de contas do Município de 2020, a declaração de voto é nos mesmos termos do referido assunto.”-----*

02.03 - PARA CONHECIMENTO:

02.03.01 – DECLARAÇÃO DE ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL E RESPECTIVA PROPOSTA DE TRANSPOSIÇÃO DAS NORMAS DOS PEOT PARA O PDM, NOS TERMOS DO Nº 4 DO ARTIGO 121º DO DECRETO-LEI Nº 80/2015, DE 14 DE MAIO (RJIGT).-----

02.03.02 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE DO EXERCÍCIO DE 2020, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº 2 DO ARTIGO 77º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, REPUBLICADA PELA LEI 51/2018, DE 16 DE AGOSTO.-----

02.03.03 – APOIOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

02.03.04 – CONTRATOS DE INVESTIMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO, DE ACORDO COM O ARTIGO 11º DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO.-----

02.03.05 – PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE TAXAS, AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----

02.03.06 - RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE

AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO E DO ARTIGO 54º DO DECRETO-LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO:**EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM:**

- RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020.
- RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2020.

ESPOSENDE 2000 - ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M.:

- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º TRIMESTRE 2021.

De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, foram presentes na sessão, para conhecimento, Declaração de Alteração por Adaptação do Plano Diretor Municipal e respetiva Proposta de Transposição das Normas dos PEOT para o PDM, nos termos do nº 4 do artigo 121º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio (RJGT), Relatório do Auditor Externo de Informação sobre a Situação Económica e Financeira do Município de Esposende do exercício de 2020, nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, republicada pela Lei 51/2018, de 16 de agosto, Apoios às Juntas de Freguesia, relativos ao último semestre, nos termos do artigo 13º do Regulamento das Formas de Apoio às Juntas de Freguesia, Contratos de Investimento, ao abrigo do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, de acordo com o artigo 11º do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, Pedidos de Isenção e de Ratificação de Taxas, ao abrigo das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2015, Relatório e Contas do exercício de 2020 e Relatório de Boas Práticas de Governo Societário 2020 da empresa municipal EAmb - Esposende Ambiente, EM e Relatório de Execução Orçamental – 1º trimestre 2021 da empresa municipal Esposende 2000 – Actividades Desportivas e Recreativas, EM. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, não se tendo verificado nenhuma inscrição.

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.

O Senhor Presidente da Câmara pediu depois a palavra, para agradecer o desempenho do Presidente da Assembleia Municipal, tendo referido:

“Senhor Presidente, a primeira coisa que tenho para dizer, é que face aquilo que foi a sua declaração pública que não iria continuar connosco no próximo mandato, caso venhamos a ser eleitos, não posso, embora eu ache que ainda vamos ter uma Assembleia, seja ela ordinária ou extraordinária, logo se vê se há assuntos que justifiquem ou não, face ao momento eleitoral que vamos viver, mas isso poderá eventualmente acontecer, portanto, ainda não será este propriamente o momento da despedida, mas, aproveitando essas palavras, deixar um agradecimento pelo excelente desempenho, por me ter acompanhado ao longo destes 8 anos e por ter servido mais uma vez o Município de Esposende, de forma exemplar, elevando o nível da democracia no Município de Esposende, não posso dizer isto de outra maneira: com rigor, com regras, como deve ser uma assembleia, com respeito, naturalmente que há uma situação ou outra em que as pessoas possam ficar insatisfeitas e eu recordo-me de um episódio, não sei se era a esse que se referia, mas houve uma assembleia que efetivamente se prolongou até tarde, causou alguns problemas a algumas pessoas, são situações que enfim, a serem normais, teriam que ser reguladas e pensadas de outra maneira, mas foi uma exceção, normalmente as assembleias terminam mais cedo, foi uma situação menos feliz, mas aconteceu e nós estávamos preparados para isso e não era a primeira vez que acontecia. Já no passado tinham acontecido algumas situações destas, nunca tinha havido posicionamentos tão evidentes de desconforto quanto a essa situação que se passou, mas, foi, porventura, um episódio menos feliz. De resto, penso que foi sempre exemplar, na forma como tratou todas as pessoas e como colocou “ordem na casa”, pois para que possamos discutir todos os assuntos tem que haver regras, tem que ser assim, não há outra forma de funcionar.

Portanto, queria agradecer-lhe muito, pelo apoio que me deu até hoje, pelo prazer da sua companhia nesta luta pelo nosso concelho, sempre para o bem das pessoas. São esses os nossos propósitos, é por esse caminho que queremos andar, e, portanto, agradecer-lhe publicamente perante esta assembleia, neste momento, tudo aquilo que fez pelo Município de Esposende e por mim, em particular, posso dizê-lo assim.

Lá chegará o tempo de outro tipo de agradecimentos.

Uma nota final, o Município tem constantemente lançado publicações, acabou de lançar duas, eu penso que os senhores deputados irão gostar, de qualquer maneira, já falei com a senhora vereadora Angélica Cruz, nós vamos ver, de todas as publicações deste mandato, aquelas que porventura não tenham sido distribuídas aos senhores deputados, é o mínimo que podemos fazer por vós, é entregar um exemplar das publicações do município.

Temos aqui duas, à saída os senhores deputados poderão levantar, uma delas é um catálogo da exposição da Celeste Ferreira e outra é o roteiro do património cultural e religioso. Vale mesmo a pena, é nosso, é gratuito e é um prazer para nós fazer-vos chegar essas publicações.”

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia referiu:

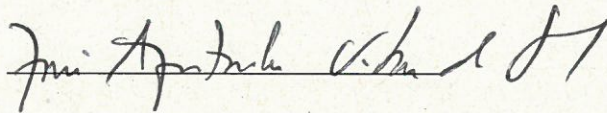
“Obrigado Senhor presidente, só dizer antes de encerrar a sessão, que, parafraseando um amigo que já não está entre nós “não fiz nada mais do que a minha obrigação” e este agradecimento devia ser também para a mesa e para todos os deputados municipais que colaboraram neste mandato.

Aquilo que referi no início que poderíamos ter uma assembleia extraordinária essencialmente para aprovar esta ata, é uma ata pequena e parece-me que faria sentido, nós regularizarmos as situações todas, para não existir uma situação de algum desconforto com a próxima assembleia estar a votar uma ata com novos membros. Vamos ver e articularei depois com os

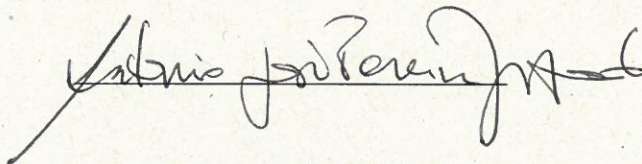
senhores líderes dos grupos políticos. Para terminar não posso, mais uma vez, deixar de agradecer a todos, ao público presente, aos técnicos, às senhoras e aos senhores vereadores, à Câmara e, também, ao Senhor Presidente pelas palavras elogiosas que dirigiu á minha pessoa. Dizer a todos que está encerrada a sessão.-----

---Sendo 22 horas e 15 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

